



Diálogos

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v23i3>

ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

Cultura e política no Brasil republicano: uma reflexão sobre as permanências autoritárias¹

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v23i3.48940>

Carla Reis Longhi

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. E-mail: carlalonghi@uol.com.br

Palavras-chave: cultura; política; autoritarismo.	Cultura e política no Brasil republicano: uma reflexão sobre as permanências autoritárias Resumo: A onda conservadora que assola diferentes países e regiões do mundo contemporâneo, entre muitos outros aspectos, nos faz ponderar sobre as práticas culturais e suas permanências, principalmente as permanências autoritárias, ao longo dos anos. Para este artigo, propomos enfrentar esta questão considerando o contexto brasileiro. Refletir sobre a cultura é sempre difícil em função de sua enorme abrangência, temporal e temática e, por isso, propomos como delimitação, recuperar a visão que estratos da intelectualidade brasileira apresentaram sobre as camadas populares ao longo de nossa história republicana, definindo como recorte cronológico o período de 1920-2000. Ao percorrer este cenário, propomos identificar o conceito de cultura prevalente em cada período e como este afetou o olhar da intelectualidade sobre a produção cultural popular.
Key words: culture; politics; authoritarianism.	Culture and politics in republican Brazil: a thinking on authoritarian permanence Abstract: The conservative wave that plagues different countries and regions of the contemporary world, among many other aspects, makes us consider cultural practices and their permanences, mainly authoritarian permanences, over the years. For this article, we propose to address this issue considering the Brazilian context. Thinking of culture is always difficult due to its wide scope, temporal and thematic, therefore we propose, as a delimitation, to recover the vision presented by groups of Brazilian intellectuality about the popular stratum throughout our republican history, defining as chronological cohort the period 1920-2000. In this scenario, we propose to identify the concept of prevailing culture in each period and how it affected the intellectual group view of the popular cultural production.
Palabras clave: cultura; política autoritarismo.	Cultura y política en Brasil republicano: una reflexión sobre las permanencias autoritarias Resumen: La ola conservadora que afecta a diferentes países y regiones del mundo contemporáneo, entre muchos otros aspectos, nos hace reflexionar sobre las prácticas culturales y sus permanencias, especialmente las permanentes autoritarias, a lo largo de los años. Para este artículo, proponemos abordar este problema considerando el contexto brasileño. La reflexión sobre la cultura siempre es difícil debido a su gran alcance, temporal y temático y, por lo tanto, proponemos como una delimitación, recuperar la visión de que los estratos de la intelectualidad brasileña se presentaron en las capas populares a lo largo de nuestra historia republicana, definiéndose como un corte cronológico. El período de 1920 a 2000. Al pasar por este escenario, proponemos identificar el concepto de cultura prevalente en cada período y cómo afectó la visión intelectual de la producción cultural popular.

Artigo recebido em: 30/07/2019. **Aprovado em:** 29/09/2019.

¹ Este texto é fruto da pesquisa de pós-doutorado realizada por esta autora na Universidad Complutense de Madrid. Nesta pesquisa propusemos um estudo comparativo Brasil-Espanha buscando compreender o lugar da cultura para a articulação das representações de sujeitos excluídos pela grande imprensa. Esta pesquisa nos obrigou a refletir sobre os paradigmas culturais organizadores das práticas culturais nestes países.

Introdução

Refletir sobre a cultura, aparentemente numa totalidade analítica, mostra-se uma arriscada proposta dada sua densidade e extensão e, conforme o entendimento do que seja cultura assumido em cada momento analisado, distintos fatores precisariam ser discutidos e apresentados. Se assumíssemos imediatamente o conceito proposto por Williams, considerando “A cultura é algo comum, ordinário: devemos começar por aí...A cultura é algo comum a todos: este o fato primordial.” (Williams, 2015, p.4/5) teríamos que abordar tanto os aspectos vinculados à produção artístico-cultural em seus diferentes estratos, como os aspectos vinculados à vida cotidiana, considerando os costumes, festas, valores, etc, presentes nos distintos grupos sociais. Mas a observação de diferentes momentos da história nos mostra que nem sempre foi este o entendimento organizador das reflexões sobre a cultura. Em função desta rica complexidade própria do objeto em questão, apresentamos uma delimitação de pesquisa, qual seja, analisar o(s) sentido(s) da cultura assumidos pela intelectualidade² brasileira ao longo do século

XX, refletindo sobre os impactos destes sentidos para a condição dos setores populares como produtores de cultura e como cidadãos. Nossa pesquisa identificou para o recorte proposto, três momentos em que o paradigma cultural³ apresentou características específicas em função das questões próprias de seu tempo, afetando de algum modo a correlação proposta e é sobre eles que discorreremos.

Uma cultura de elite

Fernando de Azevedo publicou nos anos de 1940, mais especificamente em 1943 e 1944 a obra ‘A Cultura Brasileira’ resultado de uma insistente solicitação⁴ dos colegas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Na Introdução de seu livro o autor refletiu sobre o conceito de cultura, recuperando as tendências historiográficas da época, principalmente as vertentes francesa e alemã,

partir da definição do campo que lhe traduz um lugar social e político. Pautados por esta definição, propomos recuperar os intelectuais, considerando aqui os homens das letras (ligados à produção jornalística-literária e posteriormente, à academia, além daqueles vinculados à prática política), bem como, os artistas (considerando os diferentes âmbitos), tendo como critérios de escolha a citação daqueles que, de algum modo, tinham condições de reverberar discursos e de impor ideários, assumidos também pelo Estado em suas políticas culturais.

³ Trabalharemos com o recorte temporal expandido, considerando a prevalência dos paradigmas culturais. No primeiro momento (1920-1950) identificamos a presença de um paradigma dicotômico proposto no entendimento de uma cultura de elite e uma cultura popular. No segundo momento (1955-1970) observamos a prevalência da noção do nacional-popular com todos os seus limites e complexidades. Por fim, no último momento (1985-2000) constatamos um paradigma norteado pela fluidez e fragmentação cultural gestadas na vivência do tempo presente, nomeados por nós de cultura midiaticizada.

⁴ Fernando Azevedo no Prefácio à 3ª. Edição de seu livro discorre sobre o percurso de construção da obra e a pressão sofrida para fazê-lo.

² Abordar o tema a partir da intelectualidade também pode suscitar questionamentos pois a ideia e definição de intelectual precisa ser explicitada, bem como, os critérios de delimitação dos intelectuais citados. Partindo da proposição de Pécaut “...se a definição já comportar uma referência à natureza do campo intelectual e às formas de constituição do político, isto é, se já incluir a problemática do reconhecimento social do estatuto do intelectual...” e em oposição ao próprio autor que desconsidera a necessidade desta delimitação, propomos a consideração do intelectual justamente a

não deixando de discorrer sobre as vertentes anglo-americanas. Azevedo concluiu que o entendimento constituído no Brasil muito se assemelhava ao presente nos dicionários franceses e assim o define:

Ora, o ponto de vista em que nos colocamos para escrever esta obra, é o que nos fornece a concepção clássica, francesa e alemã, de cultura, já claramente enunciada por G. Humboldt, quando estabeleceu a distinção entre cultura e civilização. Entendemos por cultura, com Humboldt, esse estado moral, intelectual e artístico, ‘em que os homens souberam elevar-se acima das simples considerações de utilidade social, compreendendo o estudo desinteressado das ciências e das artes’ ... Mas uma sociedade, se quer preservar a sua existência e assegurar o seu progresso, longe de contentar-se com atender às exigências de sua vida material, tende a satisfazer às suas necessidades espirituais, por uma elite incessantemente renovada, de indivíduos, sábios, pensadores e artistas que constituem uma formação social, acima das classes e fora delas ... Assim, limitado o conceito de cultura ou, por outras palavras, tomado esse termo no seu sentido clássico, o estudo que fazemos incide diretamente sobre a produção, conservação e o progresso dos valores intelectuais, das idéias, da ciência e das artes, de tudo enfim, que constitui o esforço para o domínio da vida material e para a libertação do espírito. (Azevedo, 1963, p. 37/38)

Neste sentido, aliás, próprio de seu tempo como indicado pelo autor ao recuperar a circulação do ideário sobre o conceito, a produção cultural é fruto de um trabalho de uma elite intelectual com uma clara finalidade social. Raymond Williams, em seu livro- *Cultura e Sociedade*- começou indicando a “descoberta de que o conceito de cultura, em seus sentidos modernos, surgiu à época da Revolução Industrial.” (Williams, 2011, p.9) demonstrando o quanto este significado estava associado a constituição de um campo de

atuação próprio do intelectual e do artista, apontando para o fato de que o próprio termo ‘arte’ também ganhou nova conotação, deixando de significar uma habilidade e passando a representar “...um tipo especial de verdade, a ‘verdade imaginativa’, e artista um tipo de pessoa especial...” (Williams, 2011, p.18); ou seja, houve a constituição de um campo⁵, definindo não só um lugar social, como um tipo de saber, de verdade, associado à nascente sociedade industrial, na virada do séc. XVIII para o século XIX. Este sentido, como visto, circulou e se fixou em algumas sociedades.

A nosso ver, a identificação da constituição de um campo, para além da definição do fazer específico a que se refere (o intelectual, o artista), denota um sentido político, pela constituição de relações de poder a partir da importância construída sobre o lugar de onde se fala; este procedimento indica a percepção quanto a necessidade de tornar sua fala distinta e relevante para garantir a própria sobrevivência enquanto intelectual. Miceli havia constatado situação parecida ao retratar especificamente a produção artística, na definição de quem eram os modernistas e pré-modernistas (Miceli, 2001). Assim, ao se definir cultura como uma competência assentada num saber constituiu-se, também, relações de poder, alimentando consequentemente esta mesma noção de cultura, o que indicou, então, um entendimento

⁵O conceito de campo aqui é assumido a partir do entendimento proposto por Bourdieu.

sobre o outro- o popular⁶- e uma consciência sobre si próprio.

Retomando o cenário brasileiro vemos que este entendimento, assumido ao longo da Primeira República, reverberou certamente na compreensão das condições de classe, num contexto de instituição da república e de todo o debate sobre o papel do Estado e das condições de cidadania. Isto foi muito explícito na fala de Oliveira Vianna, importante intelectual brasileiro que, nos anos de 1920, contribuiu para a formulação de uma concepção de Estado- Nação, consubstanciada a partir dos anos de 1930, pautado por uma caracterização que grande parte da intelectualidade brasileira⁷ tinha sobre o próprio país:

Feito o povo-massa, subitamente, a base numérica do novo sistema eleitoral, estes fatos, que ocorreram com a sua aparição no campo político e no cenário eleitoral, bem demonstram que o nosso povo não estava absolutamente preparado- pela sua condição estrutural e pela sua formação cultural- para este regime, em que o povo deve ser uma entidade plenamente consciente da sua vontade. (Vianna, 1987, vol 1, p. 241)

Devemos lembrar que a Primeira República instituiu um sistema republicano federativo, que precisou lidar com o fim da escravidão, com a entrada do imigrante europeu, bem como, com um processo de urbanização e industrialização incipiente, mas

nascente. Este cenário foi lido por grande parte desta intelectualidade como um cenário de instabilidade, onde o sistema republicano-federativo mostrava-se incompatível com a condição político-cultural dos setores populares e mesmo de parte de nossa elite econômico-política, levando estes intelectuais a formularem um projeto de Estado centralizador e autoritário que se efetivou com o Estado Novo em 1937. Tal elaboração intelectual já era identificada em Alberto Torres, em publicação de 1915:

O nosso país, que nunca se consolidou em nação e em sociedade, é presa de uma das mais escandalosas anarquias, de que há exemplo; e, para o simples critério jurídico, nada mais fácil do que demonstrar que muitas das causas dessa anarquia resultam, não de se não praticar a Constituição, mas da índole e do espírito das suas instituições, visivelmente repugnantes ao nosso temperamento político. Nessa série de desordens a que se chama, entre nós, política — exibição flagrante e superlativa da verdade de que a vida institucional dos povos contemporâneos é ainda a mesma forma de exploração dos postos de direção pública, como butins da luta social — os conflitos que se reproduzem anualmente demonstram a insuficiência da lei de 24 de Fevereiro. Mas isto é apenas a prova feita pelos levedos da espuma, agitada na superfície política, pela excitação das ambições e das paixões — estímulo quase exclusivo das lutas partidária...

Se o seu espírito se aplicasse ao exame da anarquia que por aí vai, a simples consideração da desagregação deste país — onde cada régulo de aldeia é mais soberano do que a nação, que tem vinte Estados de uma federação de caudilhagem e não tem o Estado nacional — bastaria para provar-lhe que esta forma de governo, que vem comprometendo a nossa sorte, com a sustentação de uma sociedade de parasitas mantidos pelos cofres públicos ou vivendo à custa dos interesses ilegítimos criados pela organização anti-social da nossa política, e com essa ostentação megalomaníaca de luxos, de vaidades e de grandezas, sem gosto e sem cultura, que se exhibe nas nossas cidades, ao passo que a produção permanece em eterna crise, e que não formamos ainda economia nacional, nem para o simples efeito alimentar

⁶O termo popular é aqui utilizado em função da recorrente presença nas fontes pesquisadas, tendo esta autora a ciência dos imbróglis relacionados ao termo.

⁷ Se retomarmos outros importantes intelectuais brasileiros, como Azevedo Amaral, Francisco Campos, Plínio Salgado, Miguel Reale, entre outros, encontraríamos os mesmos pressupostos.

— não pode deixar de ser substituída por uma verdadeira organização política. Os livros que lhe mandei são o espelho desta realidade e contêm o remédio para esta anarquia.⁸ (Torres, 2002, p. 8/9)

Vemos algumas ideias já constituídas no texto de Torres e depois claramente retomadas por Oliveira Vianna em seus livros, como a ideia de caos, com a inadequação do sistema político à nossa realidade. Outro aspecto muito relevante é o do descomprometimento de nossa elite política com a grandeza nacional, sendo para Torres este aspecto mais relevante que o da discussão sobre o despreparo popular, também presente, justificando a constituição em Vianna da necessidade de um Estado autoritário para ordenar este caos. Estas caracterizações, em gradações distintas, se mantiveram nas falas de diferentes intelectuais ao longo deste período, reverberando um eixo de ideias constituído na formação da própria república.

Considerando especificamente a articulação do sentido de cultura, constituído pela dicotomia entre elite e popular, vemos a disseminação da compreensão do lugar do popular em diferentes falas, como já apontado em Vianna; assim, para Azevedo Amaral “a própria natureza essencial da ação política é de ordem intelectual, isto é, exerce-se pelo domínio da inteligência de minorias privilegiadas cerebralmente sobre maiorias intelectualmente inferiores. (Amaral apud Pécaut, 1989, p. 30) ou Francisco Campos que

foi o Ministro da Educação a partir de 1930: “As transformações não se operam pela ação da mentalidade primitiva das multidões e dos seus líderes, mas pela influência das ciências e das artes, filósofos pesquisadores, cientistas, engenheiros, artistas.” (Amaral apud Pécaut, 1989, p. 31)

Nestes casos, a fragilidade político-cultural do povo também serviu para justificar um modelo de Estado autoritário, associando continuamente cultura e poder. Este condicionamento não foi só brasileiro pois, como colocado por Hall: “Por muito tempo, o confronto entre alta cultura e cultura popular foi a maneira clássica de se enquadrar o debate sobre o tema- em que esses termos se viam inevitavelmente atrelados a uma poderosa carga de valor (grosso modo, alta= bom; popular= degradado).” (Hall, 2016, p. 19) Se nós percorrêssemos todo o debate político-acadêmico brasileiro entre a Proclamação da República e os anos de 1940 veríamos que ele esteve pautado pela preocupação com a Nação sendo que, desde os anos de 1920, norteado por uma visão autoritária e paternalista da sociedade, bem explicitada pelo pensamento de Oliveira Vianna, alimentando a noção dicotômica de cultura. Para Marilena Chauí (Chauí, 1989) a existência de uma cultura nomeada e entendida como cultura de elite e cultura popular indicou, claramente, a realização da ideologia da classe dominante que conseguiu impor um modelo cultural não só hegemônico como alicerçado em um entendimento de que sua prevalência se deu

⁸ Trecho de carta de Alberto Torres à Saboia Lima no livro citado

por competência, calcada numa definição de saber que é saber-poder que, como colocado por Gonzalez, indica que o conceito está comumente e umbilicalmente vinculado a uma noção de saber “A cultura está ligada ao conhecimento, ao saber, ao conhecer e, por isto, tem um vínculo íntimo com a informação”⁹(Gonzalez, 1996, p. 14) reforçando o entendimento de que alguns possuem mais conhecimento e competências que outros. Isto porque, como colocado pelo mesmo autor, a cultura está relacionada ao poder que define e viabiliza “... uma estrutura de repartição do saber e das habilidades para aproveitar os suportes, os meios e os produtos...”¹⁰ (Gonzalez, 1996, p. 14).

Para a reflexão sobre a cultura propomos, desta forma, a articulação contínua entre um entendimento de cultura e o contexto que o engendra visando, sempre, analisar o impacto que a concepção de cultura vigente causou na caracterização do popular, em sua dimensão política. Como visto, a concepção de cultura predominante no cenário brasileiro até os anos de 1940, estava pautada pelo saber, capacitando alguns à condição de ‘culto’ e ‘letrado’ e à grande maioria popular à condição de submissão e despreparo. Esta compreensão justificava as escolhas políticas e a definição do Estado e foi reforçada por um modelo de Estado-Nação que, ao colocar a

Nação no centro da organização do Estado, mais uma vez diluiu o lugar dos conflitos de classe e as possibilidades do popular, gerando um reforço à visão cultural vigente constituída, contudo, a partir de novo ordenamento.

Nos anos de 1950-1970 encontramos um contexto extremamente rico na observação referente à reflexão sobre a cultura e a produção cultural, visualizando diferentes articulações e argumentações. Estes foram anos de profundos questionamentos sobre as questões culturais no Brasil e no mundo. Ao percorrermos as falas de diferentes intelectuais daquele momento, percebemos a recorrência de algumas ideias. Álvaro Vieira Pinto indicava que “Somente quando o país alcança o grau de desenvolvimento econômico capaz de gerar a atual mobilidade de consciência nacionalista, dão-se os meios de superar as diversas formas de alienação de que sofre.” (Pinto apud Pécaut, 1989, p. 117). Vemos, como um primeiro aspecto, a associação entre a preocupação e necessidade do desenvolvimento econômico com a consciência nacional e as possibilidades de desalienação. Isto não era aleatório e sim, apontava para questões postas naquele contexto. Passemos à observação deste cenário analisando o quanto o mesmo viabilizou a reelaboração do conceito de cultura e quais foram os impactos políticos para o popular.

Desenvolvimentismo e o nacional-popular

Os anos de 1950 foram intensos: pós-segunda guerra; revolução comunista chinesa;

⁹“La cultura está ligada al conocimiento, al saber, al conocer y por ello tiene un vínculo íntimo con la información.”

¹⁰ “...una estructura de repartición del saber y de las habilidades para aprovechar los soportes, los medios y los productos...”

o início da Guerra Fria e a Revolução Cubana. Estes aspectos intensificaram duas grandes preocupações mundiais: a condição econômica de cada país, na sua capacidade de autonomia econômica e política e a necessidade de um posicionamento geopolítico definindo seu alinhamento. Os EUA passaram a disseminar a enorme importância do desenvolvimentismo, numa lógica às vezes mais ideológica do que propriamente econômica, associando a ideia de desenvolvimento ao sistema capitalista, o que indicava a proposição de uma lógica sistêmica de combate ao comunismo.

O Brasil estava inserido neste cenário, constituindo um intenso debate sobre suas condições de desenvolvimento¹¹, irradiando reflexões político-econômicas por diferentes institutos de pesquisa e centros de cultura.¹² Um dos institutos de maior peso na irradiação de um ideário desenvolvimentista foi o ISEB

(Instituto Superior de Estudos Brasileiros)¹³, fundado em 1955, que buscava caminhos para a questão do desenvolvimento nacional e era composto por intelectuais de diferentes áreas, articulando a reflexão entre economistas, advogados, cientistas políticos, historiadores, filósofos, sociólogos, entre outros. Num primeiro momento a reflexão foi essencialmente econômica, bem corporificada no ‘Plano de Metas’ de Juscelino Kubitschek (50 anos em 5) mas aos poucos, como muito bem demonstrado por Ortiz (Ortiz, 1989), constituiu-se o entendimento de que o desenvolvimento da Nação só seria efetivo se ocorresse em todos os âmbitos, articulando, como visto, a composição entre desenvolvimento e consciência nacional.

Partimos do livro ‘Formação e Problema da Cultura Brasileira’ de Roland Corbisier. Alguns aspectos sobre o livro e sobre o autor merecem destaque: Corbisier, formado em Direito, foi um intelectual com percurso bastante eclético; foi membro do grupo integralista em sua formação, rompendo com Plínio Salgado em 1945 e se aproximando de Jackson de Oliveira, da tendência católica. Foi um dos fundadores do ISEB, sendo o seu diretor-executivo de 1956-1960; em 1963 foi eleito deputado federal pela Guanabara e apoiou a política nacionalista de Jango. O livro

¹¹ É importante pontuar o papel assumido pelos EUA neste cenário mundial e no Brasil em particular. Desde os anos de 1940 o Brasil vinha recebendo missões diplomáticas norte-americanas com o intuito de analisar o cenário econômico-produtivo brasileiro. Estas missões geraram relatórios que indicavam a preocupação norte-americana com a necessidade de desenvolvimento de infraestrutura e polos produtivos em diferentes regiões. Com isto, estamos apontando para o fato de que a ideia de desenvolvimento, norteadora de todo o debate político-cultural brasileiro era bem vista e incentivada pelos EUA, em função de seus próprios interesses e isto redimensiona o lugar do caráter crítico sobre o desenvolvimentismo no Brasil, lido por grande parte da intelectualidade como um percurso de autonomia e fortalecimento.

¹² É interessante destacarmos o papel dos institutos de pesquisa naquele contexto. Devemos lembrar que ideários circulam e sempre circularam através de textos que se fazem publicizar. Se considerarmos as duas primeiras décadas da República, notamos que os textos circulavam através dos jornais, com um grande número e diversidade dos mesmos. Quando adentramos os anos de 1950 e 1960 vemos o importante lugar de difusão político-cultural colocado nos institutos de pesquisa.

¹³ Este artigo não caminhará para a crítica ao ISEB como fez parte de nossa historiografia. Concordamos com as análises propostas por autores como Caio Navarro de Toledo ou Maria Sylvia Carvalho Franco. Mas o intuito da discussão aqui proposta não é a de apontar os limites destas elaborações intelectuais e sim, é a de primeiro retomar os ideários circulantes, depois analisando o seu impacto para a reflexão cultural.

em questão também merece comentários; o primeiro é o fato de se tratar de um livro produzido pelo ISEB, instituto este que estava ligado ao Ministério da Educação e Cultura; o segundo aspecto é a proposta do livro organizado em duas partes, a primeira discutindo a cultura ('Situação e alternativas da cultura brasileira') e a segunda discutindo a nação ('Formação e Problema da Cultura Brasileira- A Nação como processo histórico'); ou seja, a própria organização do livro aponta para a articulação de toda reflexão cultural do período com a preocupação com a Nação. Esta foi a marca do debate circulante e o aspecto norteador do paradigma cultural. Por fim, as duas partes do livro foram resultados de conferências pronunciadas no auditório do Ministério da Educação e Cultura, em 1955 e 1956 respectivamente, garantindo um caráter institucional ao debate e encaminhamentos propostos.

A primeira parte do livro começa com o subtítulo 'Significado da Cultura' e a argumentação inicial busca demonstrar que a cultura significa "o mundo de coisas feitas e criadas pelo homem, o repertório das realizações objetivas, as objetivações do espírito humano." Ou seja, a cultura foi apresentada como comportando tanto os aspectos materiais quanto as condições que favorecem esta mesma produção. Assim, o autor propôs ponderar sobre as condições históricas brasileiras que viabilizaram a produção de seus bens culturais caminhando

para o debate sobre a consciência nacional. A partir de reflexões de Hegel e Balandier afirmou "... um povo economicamente colonial ou dependente também será dependente e colonial do ponto de vista da cultura, tomando a palavra cultura no sentido de mundo objetivo em que se exterioriza o espírito subjetivo desse povo." (Corbisier, 1960, p. 32). Vemos, nesta citação, o entendimento de que desenvolvimento e elaboração cultural eram âmbitos intrínsecos para se pensar a condição de um país e suas possibilidades de independência, o que começa a amarrar com a reflexão sobre o colonialismo na sua relação com a consciência nacional:

Não tínhamos consciência de nós mesmos, não sabíamos o que éramos, não nos conhecíamos, éramos um subproduto, um reflexo da cultura europeia...Alimentávamos, aliás, em relação a nós mesmos, todos os preconceitos que caracterizam a psicologia dos povos coloniais. Inútil salientar, ainda uma vez, a coincidência entre essa visão pessimista do país e os interesses do imperialismo, da empresa dos colonizadores. (idem, p. 45)

Se compararmos com o paradigma anterior, pautado pela dicotomia entre elite e popular, notamos a aparente dissolução deste conflito e reformulação do conceito de cultura que passou a ser pensado a partir da ideia de nação, proposta esta construída ao longo dos anos 20, como já discutido. Esta ideia não estabelece a distinção interna, mas sim um nós (Nação) e o outros (colonizadores) desfocando para as relações externas a problemática da cultura. Esta correlação, aliás, ficou bem demarcada quando disse "...mas seria incapaz

de fazer sociologia do carnaval, do futebol, das eleições ou dos partidos políticos brasileiros. O conhecimento livresco e erudito dessa ciência não lhe permitia ter uma visão... de seu próprio mundo.” (Corbisier, 1960, p. 80/81), apontando para uma aparente incorporação do popular, em igualdade de condições, ao debate cultural ou, dizendo de outro modo, teria sido o colonialismo o grande impeditivo para compreendermos nossa produção cultural popular.

Como bem demonstrou Ortiz (Ortiz, 1985) as ideias e textos de Hegel, Sartre, Balandier e indiretamente Fanon circulavam entre os isebianos, constituindo uma reflexão sobre o desenvolvimento que, tal qual destacado no pensamento de Corbisier, aos poucos foi associada a necessidade de desalienação “A nação subdesenvolvida é, portanto, um ser social igualmente alienado, um ser cuja essência está fora dele, é possuído por outros” (Pinto 1960,p. 139).

Vemos que a relação entre a prática econômica e as práticas culturais passou a ser entendida como parte da alienação e precisavam ser descolonizadas, numa busca contínua pela desalienação, com a preocupação da busca da autenticidade, do que era próprio do Brasil o que, em outras palavras, significava dizer que o país deveria parar de copiar e se submeter, inclusive culturalmente.¹⁴Vemos, assim, que as ideias

de revolução, desenvolvimento, desalienação e autenticidade eram norteadoras do debate econômico, social e cultural daquele período, pautadas pelo contexto da Guerra Fria e da descolonização da África.

Como colocado anteriormente, a preocupação com a valorização da Nação foi recorrente desde a Proclamação da República; contudo, cada contexto entendeu a questão de forma distinta. Nos anos de 1950, apesar do debate sobre desenvolvimento e autonomia não ter sido consensual, existindo diferentes projetos em jogo e em conflito, havia setores que entendiam que a autonomia só ocorreria se a dicotomia cultural fosse ultrapassada, o que significava dizer que todos os setores sociais, incluindo as camadas populares, deveriam desenvolver a capacidade de produção própria e autêntica.Vemos aqui a constituição do paradigma do nacional-popular, que norteou a produção cultural ao longo dos anos de 1960; gostaríamos, contudo, de indicar os limites desta reflexão no debate nacional, aspecto este que, ao ver de Ortiz, estabelece a profunda distinção de nossas reflexões sobre o colonialismo com a discussão proposta por Fanon:

No caso brasileiro, a reação contra o semicolonialismo e o subdesenvolvimento só se poderá fazer com o apoio das classes que o suportam como um entravo à própria expansão-expansão da indústria nacional e do mercado interno-, quer dizer, a burguesia industrial, o comércio ligado a essa burguesia, os setores esclarecidos da classe média e o proletariado industrial. É com apoio nessas classes, nos seus

¹⁴ Renato Ortiz, em seu livro- *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*- reconstitui as principais influências sofridas pelos intelectuais brasileiros na

elaboração de suas teses pautadas pelos conceitos de alienação, autenticidade e colonialismo.

interesses e nas suas reivindicações, que coincidem, aliás, com os interesses do desenvolvimento do país, que a INTELIGENTSIA brasileira poderá forjar a ideologia da libertação nacional. (Corbisier, 1960, p. 44/45)

O trecho destacado é claro em demonstrar que, no momento em que o conceito de nação substituiu a dicotomia elite-popular, o fez sem, contudo, dissolver esta mesma dicotomia. Isto é muito presente na citação, em que identifica os interesses nacionais com os interesses de todos os espectros da nação, acompanhado do importante papel que a nossa ‘*intelligentsia*’ teria a cumprir. Manteve-se uma perspectiva hierárquica travestida de vanguarda emancipadora. Esses dois aspectos – Nação e Inteligentsia- numa correlação conciliatória pautaram a vasta crítica historiográfica às elaborações do ISEB.

A suposta ampliação do debate cultural incorporando o popular como produtor, também foi possível pois havia, concomitantemente, um extenso debate teórico- conceitual circulante entre intelectuais e acadêmicos, redimensionando os estudos sobre as sociedades, alçando a cultura a um campo de embate político. Neste contexto, devemos destacar o debate acadêmico sobre a cultura na Europa, tanto através da Escola dos Annales, na França, quanto através de marxistas ingleses que favoreceram um grande revisionismo teórico-conceitual, entre eles, Raymond William (1992) e Edward Thompson (2010); estas influências, contudo, chegaram gradativamente à reflexão

acadêmica brasileira. No Brasil, entre os anos 1950-70, identificamos uma forte tradição marxista mediada por autores que também pensavam a questão cultural, como Antonio Gramsci (2005) e Georg Lukács (1981) e autores que pensavam sobre as condições dos países marginais ao sistema capitalista, chamados na época de subdesenvolvidos, como Franz Fanon (2012).

Estes ideários tornaram-se circulantes influenciando a prática dos diferentes centros de cultura nascentes, como o CPC – Centro Popular de Cultura, fundado em São Paulo, em 1962 e vinculado a UNE- União Nacional dos Estudantes ou o Movimento de Cultura Popular, fundado em maio de 1960 em Recife. O intuito do CPC era o de levar cultura aos setores populares. Propunham a apresentação de shows, peças teatrais e filmes em praças públicas, em frente às fábricas e escolas, com temáticas vinculadas às questões populares, como o caso da peça teatral ‘A Mais Valia vai acabar, Seu Edgar’, escrita por Oduvaldo Viana Filho, em 1960. Atentemos para a citação abaixo

Lembro-me de uma festa no Largo do Machado. Do outro lado da praça, tinha um pessoal com um berimbau que conseguiu muito mais público que a gente. E olha que nós estávamos lá com aquela carreta cheia de luz, som, o diabo... Quando voltamos de lá, tivemos uma sessão de autocrítica que foi pesada. Eu acabei com a vida dos caras. Falei: “Não é possível uma coisa dessa, fazer um troço popular que está numa linguagem que não atrai o povo. Tem algum troço errado aqui. Estava sofisticado demais, tinham que baixar o nível de sofisticação. Essa foi a grande luta que eu sempre travei lá. Porque eu, como não era artista, via aquilo por outro ângulo. O pessoal

de vocação artística queria fazer coisas de valor estético.¹⁵(Garcia, 2004, p. 136)

Vemos, nesta fala de Carlos Estevam Martins¹⁶, um dos fundadores do CPC e fortemente vinculado ao ISEB, o entendimento de que cultura é detenção de um conhecimento, um saber legitimado o que indica, também, um outro aspecto correlacionado, mas não tão explicitado, de que o âmbito da cultura é dimensão e prática de poder. Poder de domínio e difusão, se trabalharmos com a ideia de que cultura é saber, mas também, de enfrentamentos e resistências, logo conflito, se trabalharmos com o entendimento de que o poder se constitui nas relações sociais e é inerente às mesmas considerando, inclusive, as relações discursivas como práticas de poder (Foucault, 2010). Na fala citada, os conflitos se expressavam no interior do próprio grupo social, permeado de visões heterogêneas e conflituosas, quanto às características que a produção artística deveria ter, num forte dilema quanto ao papel de uma cultura-militante, com função política ou com preocupação estética; além disto, estava posta a profunda preocupação com a preservação e valorização do nacional, no debate entre ser nacionalizante ou internacionalizada. Neste sentido, a citação é muito rica, expondo as

fissuras e complexidades do próprio contexto articulando um tempo cultural próprio e vivido com um tempo cultural global que propunha questões em voga; assim, ao mesmo tempo em que havia um profundo debate sobre a produção artístico- cultural, mediado pela intencionalidade política de garantir uma produção cultural autêntica e desalienada, havia a continuidade de um entendimento dicotômico sobre a cultura, próprio do momento histórico em que estava inserido, onde alguns tinham o papel de vanguarda, de levar cultura à grande maioria despreparada e inculta, visão essa bem sinalizada no trecho ‘...Estava sofisticado demais, tinham que baixar o nível de sofisticação. Essa foi a grande luta que eu sempre travei lá...’.

Esse debate perpassou os anos de 1960-70 identificado na fala de Torquato Neto, que destaca explicitamente a preocupação com a indústria cultural e a necessidade de se preservar a cultura nacional, reforçando o longo debate sobre desenvolvimento nacional e autenticidade cultural. Temos, aqui, claramente a discussão sobre as influências imperialistas e a necessidade de preservação da cultura nacional intermediada pela manutenção de valores culturais arraigados, vividos numa temporalidade mais extensa que a do debate artístico-político, mantendo uma visão dicotômica da cultura:

Cantar e aceitar o iêiêiê pode ser uma tendência explicável mas nunca deixará de ser um comportamento próprio de cultura subdesenvolvida. Nunca deixará de refletir a existência de uma poderosa máquina

¹⁵ A autora reproduz trecho de entrevista dada por Carlos Estevam Martins (um dos fundadores do CPC-Centro Popular de Cultura) à Jalusa Barcellos, jornalista, atriz e apresentadora de TV

¹⁶ Carlos Estevam Martins era assistente de Álvaro Vieira Pinto, tendo uma proximidade direta com as reflexões propostas no ISEB. Foi o responsável pela escrita do manifesto do CPC.

internacional, que padroniza e empobrece o gosto musical. E nunca deixará de conter a necessidade de afirmação de uma cultura nacional própria autêntica... (Jornal dos Sports, Suplemento- O Sol, Rio de Janeiro, 18 de março de 1967 citado por Alves, 2011, p. 165)¹⁷

Além da preocupação com a Nação, nessa fala está contida a preocupação com a massificação da cultura, situação essa intensificada a partir dos anos de 1970, com o forte incentivo dos governos militares à indústria cultural. Assim, vemos que à discussão sobre desalienação, própria das décadas anteriores, soma-se também a preocupação com a cultura de massa, tornando o debate ainda mais complexo. No trecho abaixo, presente em outra passagem de seus textos, Torquato explicita a preocupação com a qualidade da produção nacional, voltando a tema já presente na década anterior, no que diz respeito ao binômio -qualidade estética e popularização, sendo rebatido por Erasmo Carlos, o que demonstra a profunda polarização e debate existente na época:

Uma explicação para os leitores que me escrevem sobre o assunto, tenho má vontade, mesmo, com o iêiêiê que se faz no Brasil. E tenho porque é de baixa qualidade... - É uma droga. E até que apareça alguma boa novidade (difícil, hein?)- vou continuar com a tal má vontade. (11 abril de 1967 - Jornal dos Sports citado por Alves, 2011, p. 182)

¹⁷Entrevista de José Capinam a Torquato Neto, publicada no Jornal dos Sports, Suplemento O Sol, Rio de Janeiro, 18 de março de 1967.

Em primeiro lugar, se a Bossa Nova continuar esnobe e tão afastada do povo, vai pifar. Eles são sistematicamente contra nós. Como é que tem coragem de nos acusar de cantar versões e músicas estrangeiras, se eles enfiaram o jazz na sua musiquinha nacional? (Alves, 2011, p. 187)

Ao percorrermos o debate artístico cultural entre os anos de 1960-1970 notamos que, apesar da intencionalidade desalienante em busca de uma produção autêntica, num rico debate sobre as características estéticas que a produção nacional deveria ter, houve a permanência, por um lado, de uma compreensão dicotômica da cultura situando em lugares estanques uma produção cultural de elite e uma produção de cultura popular e, por outro lado, a permanência de um entendimento circunscrito de cultura, calcado essencialmente na discussão sobre o produto cultural.

Desterritorialização e Reterritorialização: entre estratégias e táticas

Apesar de estarmos falando de um período cronologicamente curto, devemos atentar para a intensidade de modificações colocadas, alterando diferentes âmbitos da produção cultural e da reflexão sobre a cultura. Um aspecto nascente (pela extensão e intensidade) ainda nos anos de 1970, como já indicado, foi o fomento industrial à produção cultural, alterando a forma e o circuito desta produção, ao pautar, por exemplo, a produção musical a partir dos interesses do mercado, vinculando a criação às temáticas das novelas e

aos interesses das rádios e indústria fonográfica. Tratou-se de contexto em que a audiência se fez ao custo da despolitização de seus temas, interessante para o Estado, ainda autoritário, e para o mercado, focado no consumo.

Os anos de 1980-2000 demarcam um momento de confluência destas questões, momento este denominado por nós, sinteticamente, de globalização. A reflexão sobre a globalização aponta para intensas transformações econômicas, pautadas pela tecnologização e financeirização da produção, alterando a importância do lugar onde estão sediadas as empresas e suas etapas de produção, bem como, o poder de enfrentamento do trabalhador industrial e toda a condição da experiência operária.

Se ponderarmos sobre as expressões artísticas nascentes a partir dos anos de 1980, no Brasil, considerando neste caso especificamente a produção musical, vemos o despontar de vertentes distintas do nacional-popular como o rock, o punk e depois o hip-hop. Estes movimentos, diferentes em suas proposições, em suas bases sociais e em seus estilos musicais, carregavam em comum a insatisfação com a nova ordem vigente, a clareza quanto à crueza da lógica neoliberal, e um claro confronto geracional. Esta juventude expressou sua insatisfação com agressividade, sonora e social. Quando acompanhamos a memória dos primeiros grupos punks, no início dos anos de 1980, através do depoimento de muitos que participaram, vemos a contínua

referência à revolta com as novas condições sociais, ao mostrar “...como a sociedade estava doente” (Ariel) e como o movimento punk era “...o espelho perverso da sociedade que oprime.” (Zorro)¹⁸

Estas transformações que são de cunho econômico, político e social afetaram também o âmbito da cultura, imediatamente pela percepção das alterações processadas na vivência do tempo- espaço. Para Bauman (2007), a modernidade líquida desestruturou os sólidos, ao esgarçar estas linhas, quebrando tanto a estabilidade do espaço (encurtando-o de diferentes modos) quanto do tempo (levando-o à vivência do imediato). Sem estas bases, seus rituais tradicionais perderam o sentido, que para o autor seria o início da desmontagem dos sólidos.

Os sólidos, entendidos aqui como sistemas de coleções (Canclini, 2006), ou seja, modos de pensar e viver arraigados e, ordenados e constituídos a partir das grandes instituições sociais norteadoras dos mesmos, como a escola, a igreja, a família, as leis, etc, se constituíam numa demarcação espaço-temporal clara, estável, viabilizando as práticas rituais que ocorriam nestes espaços, na vivência do tempo, alimentadas pela memória, também elaborada a partir destas mesmas instituições. Nesse sentido, as coleções se organizam a partir de referências culturais bem demarcadas e por isto, situadas num ordenamento espaço-temporal bem definido

¹⁸Ariel e Zorro registraram depoimentos no Documentário Botinada – a origem do punk no Brasil.

podendo se constituir, então, de modo hierárquico. Ao longo deste artigo pudemos perceber a manutenção do debate sobre o nacional (local) e a permanência de uma hierarquia social / cultural, apesar de um intenso discurso sobre a necessidade da democratização da produção cultural, numa busca de autenticidade e desalienação, próprias do contexto do nacional-popular.

Ponderemos sobre os paradigmas culturais. Diferentes teóricos da cultura (Ortiz, Hall, Martín-Barbero, Miranda, Sodré etc.) vêm refletindo sobre estas transformações, abordando-as sob enfoques distintos e não necessariamente contrapostos. Canclini (2006), por exemplo, para demarcar as mudanças visualizadas, nomeou inicialmente este contexto cultural como ‘culturas urbanas’ em oposição à nomeação da dicotomia elite/popular problematizando a questão “Como analisar as manifestações que não cabem no culto ou no popular, que brotam de seus cruzamentos ou em suas margens?” (Canclini, 2006, p. 283) Nestas, o eixo se instituiu primeiro pela desterritorialização e pelo descolecionamento, ou seja, a desmontagem dos sólidos, com novas modalidades de interlocução espaço-tempo e, depois, pela reterritorialização e recolecionamento, que passaram a se constituir em novas bases, não mais coletivas, como grandes sistemas, mas sim, muitas vezes individuais, alinhavando influências espaço – temporais singulares. É interessante notarmos, assim, que a ideia de Nação, como norteador cultural, perdeu sua

força, garantindo que estas vertentes se pautassem pelos recolecionamentos, incorporando influências artísticas estrangeiras de diferentes modos, em movimentos fragmentados.

Vemos então, que, por um lado, ocorreu uma libertação das estruturas engessadas, tanto na responsabilidade de se preservar o nacional quanto em relação à dicotomia culto-popular. Neste caso, as ideias de cultura de elite e cultura popular, ou seja, a perspectiva dicotômica da cultura perderia a fundamentação, viabilizando-se as especificidades de cada grupo, num afloramento e valorização da subjetividade, bem expressa no lema central do movimento Punk- ‘do it yourself’. Esta perspectiva tenderá à ampliação com o desenvolvimento contínuo das tecnologias de comunicação e o maior acesso no Brasil às redes de computadores, possibilitando uma produção musical alternativa, através do uso da internet, bem como uma maior circulação desta mesma produção, independentemente do controle das gravadoras, intensificando uma dinâmica de circulação digital e apresentações locais, definindo uma nova dinâmica local- global. As tecnologias comunicacionais, como coloca Martín-Barbero:

...não são unicamente o espaço no qual circulam o capital, as finanças, mas também um ‘lugar de encontro’ de multidões de minorias e comunidades marginalizadas ou de coletividades de pesquisa e trabalho educativo ou artístico. Nas grandes cidades, o uso das redes eletrônicas tem permitido a criação de grupos que, virtuais em sua origem, acabam territorializando-se, passando da conexão ao

encontro e do encontro à ação. (Martín-Barbero, 2004, p. 59)

O autor buscou refletir sobre os significados da comunicação para a cultura, vislumbrando, num primeiro momento, o importante papel que a disseminação de tecnologias de informação teve para a dimensão cultural. Isto porque, como demonstrado pelo autor, o acesso à comunicação virtual possibilitou, por um lado, a própria existência dos diferentes sujeitos e grupos, pois foi uma importante forma de reconhecimento social das diferenças culturais e, por outro, uma forma de atualização contínua, alimentando esta mesma condição cultural de novos elementos. Martín-Barbero, contudo, demonstrou a complexidade da questão, pois a exposição midiática pôde também ser motivo de fragmentação cultural, pautada pela banalização da diferença.

Por outro lado, estes movimentos nasceram no contexto do cruzamento de diferentes aspectos: o processo de abertura de um país marcado pela crise econômica (endividamento externo e interno; processo inflacionário e alto desemprego), pautado pelo neoliberalismo, numa lógica global de enfraquecimento do poder dos Estados. Internamente assistimos, utilizando a cidade de São Paulo como demarcador, o aumento da violência e da segregação social, bem expressas no livro de Teresa Caldeira (2000)-*Cidade de Muros*. Nesta reflexão a autora demonstrou que frente ao aumento da crise econômica e da violência, a elite paulista

optou pela segregação social e o fechamento em muros, em condomínios horizontais e verticais. Os movimentos artísticos também traduziram estas questões, expondo uma tensão e agressividade para além ou aquém da lógica sistêmica, voltando-se para o miúdo, para o lugar, para o próprio. O movimento Hip Hop apresentou o claro vínculo com os problemas locais, num processo de tensionamento dos temas, questões e produções.

Os rappers paulistanos enfatizam, por isso mesmo, as expressões locais características do falar cotidiano dos becos, favelas e vielas em que pretendem ser ouvidos. A frase de Mano Brown repetida em muitos shows é exemplar: sucesso prá mim é cantar na favela no Carandiru, nos presídios. As citações aos bairros pobres, nas letras, compartilham desse mesmo sentimento de pertença ao universo dos marginalizados. Nesse caso, a mensagem somente pode ser singular, por isso, os rappers recusam-se a cantar as canções de outros grupos, mesmo daqueles já famosos. As crianças da periferia cantam, por exemplo, as músicas dos Racionais MC's, até mesmo em salas de aula, mas jamais um grupo de rap, mesmo iniciante, ousaria fazê-lo.

A chamada atitude *cover* é vista como incompatível com a filosofia do hip-hop, pois, de acordo com os valores dominantes, a razão maior para um indivíduo se integrar ao movimento é ser capaz de levar uma mensagem para os *manos* e esta precisa ser autoral. Como no fazer musical a experiência subjetiva é essencial, aqueles que não possuem uma história de vida inscrita na localidade, experimentam dificuldades em se legitimar. Os rappers entendem que não merecem crédito aqueles que abordam temas que não vivenciaram. (Silva, 2011, p.16)

Este contexto propiciou, assim, um novo ponto de inflexão ao redimensionar o binômio espaço-tempo na constituição das relações culturais e foi cirurgicamente abordada por Martín-Barbero em sua proposição sobre as 'mediações comunicativas

da cultura', entrelaçando definitivamente comunicação, cultura e poder. Se no primeiro momento a comunicação foi veículo da cultura, num segundo momento, tornou-se constituinte de cultura, o que demonstra a centralidade da comunicação para a discussão cultural. Esta centralidade pode atuar no reforço identitário ou na fragmentação completa, viabilizando os interesses do mercado:

Pois a 'sociedade do mercado' é colocada como requisito de entrada na 'sociedade da informação', de modo que a racionalidade da modernização neoliberal substitui os projetos de emancipação social pelas lógicas de uma competitividade cujas regras já não são colocadas pelo Estado mas pelo mercado, convertido em princípio organizador da sociedade em seu conjunto. (Martín-Barbero, 2004, p. 75)

Esta contradição entre as possibilidades de reafirmação da cultura local, dos valores e sentidos de cidadania versus as possibilidades de esvaziamento destes mesmos valores, numa fragmentação contínua, desconhecimento do outro e falta de vínculos é um eixo central do debate contemporâneo em que se insere a reflexão sobre comunicação e cultura.

Cultura midiaticizada

Reencaminhamos o debate a partir de Certeau (1994), quando propõe que o âmbito da cultura é um âmbito em disputa, num contínuo jogo de estratégias e táticas. Por estratégia entende as ações afinadas ao sistema

que, na discussão acima pode ser as ações do mercado nesta lógica neoliberal; contudo, propõe o movimento contínuo através das táticas, que são as ações/reações possíveis, indeterminadas e imprevisíveis nas fissuras dos processos e nas escolhas de confrontos. Ou seja, como campo em disputa é instável, desigual em forças e condições, mas em contínuo deslocamento. Nesta proposição, então, não vemos o indivíduo como passivo, corroborando os estudos culturais, mas não negamos a existência de estruturas de poder que buscam continuamente sua hegemonia social. Para nós, o nódulo central é o conflito.

O processo de desmontagem das estruturas simbólicas tradicionais implementou em grande parte uma lógica fragmentada, movediça e centrada no indivíduo, composta tanto de estratégias quanto de táticas, em contínuo movimento. Estruturou, também, o que autores como Bragança de Miranda (2002) e Muniz Sodré (2002) denominam de estetização da cultura. Partindo, agora, deste pressuposto, a centralidade da comunicação para a construção/ manutenção cultural, retomando nossos questionamentos, partimos do debate sobre a cultura e concordamos com Canclini (2006) quanto à fragmentação e fluidez de suas novas formas de constituição, ao considerarmos que os eixos norteadores destas novas elaborações culturais se pulverizaram, reordenando o papel cumprido pelos antigos aparelhos de produção simbólica, instituições como a família, escola, igreja, entre

outras. E continuamos com o autor, na intensificação da problematização:

Efetivamente, não há razões para lamentar a decomposição das coleções rígidas que, ao separar o culto, o popular e o massivo, promoviam as desigualdades. Também não acreditamos que haja perspectivas de restaurar essa ordem clássica da modernidade. Vemos nos cruzamentos irreverentes ocasiões de relativizar os fundamentalismos religiosos, políticos, nacionais, étnicos, artísticos, que absolutizam certos patrimônios e discriminam os demais. Mas nos perguntamos se a descontinuidade extrema como hábitos perceptivos, a diminuição de oportunidades para compreender a reelaboração dos significados subsistentes de algumas tradições para intervir em sua transformação, não reforça o poder inconsulto dos que realmente continuam preocupados em entender e dirigir as grandes redes de objetos e sentidos: as transnacionais e os Estados. (Canclini, p. 307)

Este contexto fomentaria um novo ethos, denominado por Sodré de ‘ethos mediatizado’ o que nos encaminha para a reflexão sobre o papel das m dias neste processo. Para o autor, este contexto histórico é tecido pelo impacto das tecnologias de informação que alteram, por um lado, a forma de processamento da informação midiática não mais centralizada e sim fragmentada numa lógica p s-massiva e, por outro lado, traz a prevalência das m dias nos processos comunicacionais e, logo, culturais.

Assim, a media  za  o traz em seu bojo a centralidade das m dias, mas não significa apenas a tecnologização dos processos comunicacionais. Para Sodré, a media  za  o pressupõe novas formas de percepção humana, alterando o modo como os sujeitos percebem o mundo e o significam. Pensemos sobre a questão: havíamos indicado que a cultura

sempre esteve relacionada ao saber e logo, ao saber-poder. Isto se constituiu pela longa tradição ocidental aristotélica de pensar o mundo pela razão, a chamada tradição racionalista, estando essa no centro da estruturação do saber e, logo, da informação. Os sentidos e as emoções, nesta tradição, equivaliam a lógicas irracionais e deviam ser desprezados. Sodré, entre outros autores, percebe a mudança cognitiva, perceptiva, num processo já nomeado por Walter Benjamin de estetização; no cenário que Benjamin analisou tratava-se da estetização da arte e da política e, agora, autores como Sodré e Miranda veem a ampliação deste processo para a estetização da cultura. Considerando a est tica como parte do próprio sujeito, vemos Sodré demonstrando que a contemporaneidade inverte o lugar das práticas sensíveis para a construção da informação, do saber e dos processos comunicacionais e assim afirma que vivemos a prevalência do sensível.

Para Braga a lógica mediatizada gera “(...) um atravessamento dos campos sociais estabelecidos, gerando situações indeterminadas e experimentações correlatas...” (Braga, 2012, p. 31), sem estipular, a priori, uma valoração inerente. Assim, seria próprio de uma lógica mediatizada a indeterminação em função da fragmentação e atravessamentos, necessitando, assim, de uma reflexão metodológica para uma abordagem efetiva destes novos objetos. Para Muniz Sodré a questão é mais complexa. A lógica da media  za  o que, em primeiro sentido,

expressa a tecnologização dos processos comunicacionais, ocorre em contexto neoliberal e acaba por atender a interesses de mercado, apesar de se apresentar como processo imparcial, “...ocultando a sua dimensão societal comprometida com uma forma específica de hegemonia, onde a articulação entre democracia e mercadoria é parte vital de estratégias corporativas”. Poderíamos, assim, dizer que haveria uma dimensão política na lógica da mediação. (Sodré, 2002, p. 22)

Ao considerar a passagem da primazia dos processos de mediação aos processos de mediação, pela prevalência das mídias nos processos comunicacionais, vemos a desmontagem de sólidos carregados de valores, substituídos por processos desprovidos desses valores. Neste nexo, para o autor, há o espaço para a prevalência dos interesses de mercado apresentados como interesses da vida, dinamizando a lógica do biopoder tão amplamente discutida por Foucault. Os discursos comunicacionais colocam o ser humano no centro de suas falas, oferecendo diferentes produtos e lógicas para seu aprimoramento, bem-estar e realização, em contratos comunicacionais modalizadores (Prado, 2013); se lembrarmos que este processo é acompanhado da reflexividade, onde o sujeito é instado a cuidar de si próprio, o impacto de discursos que trazem a vida como mote torna-se maior, fomentando ainda mais os interesses de mercado. A meu ver, Sodré busca demonstrar que na era da

mediação o ser humano foi abandonado à própria sorte, sem um vínculo ético que o ampare numa comunidade, soterrado por discursos que o colocam na centralidade das responsabilidades ‘sobre si’, alimentando um individualismo que, ao final, atende aos interesses neoliberais. A vinculação mediação- enfraquecimento dos vínculos e individualismo-, a seu ver, não é nem aleatória, nem despreziosa, pois é construída pelo fomento às estratégias sensíveis.

Em vez da sedução sofisticada (às vezes dialética) da razão argumentativa, a fascinação tecnocrática obtida pela retórica do imaginário.

Por isto, o espaço público da contemporaneidade é cada vez mais construído pelas dimensões variadas do entretenimento ou da estética, em sentido amplo, cujos recursos provêm do imaginário social, do ethos sensorial e do subjetivismo privado. Profundamente afetada pela esfera do espetáculo, a vida comum torna-se médium publicitário e transforma a cidadania política em performance tecnocrática (Sodré, 2002, p. 40)

Como um desdobramento da dimensão política da mediação, a lógica midiática atingiria e intensificaria um processo contínuo de distração, pelo modo como engendra a informação. A isto, Sodré denomina de ‘regime indiciário’ de produção da informação e do conhecimento. A lógica indiciária pressupõe uma proposição não linear, percorrendo links de seu interesse, num percurso em mosaico, onde existem estratégias de captação da atenção, pelo uso de cores, imagens, infográficos e outros, num apelo sensorial contínuo. Assim, a lógica indiciária apresenta, como estratégia de constituição, a ideia de caos

e apelo sensório, estimulando continuamente o indivíduo no trinômio- estímulo sensível, rapidez e imediatismo, vazio racional. A isto Sodré denomina de estesia midiática e, a seu ver, é a mesma lógica proposta pela dinâmica do consumo, o que retoma a ideia inicial de que a midiatização favorece a dinâmica do mercado.

Retomando Certeau, em sua proposição sobre estratégias e táticas, finalizamos nosso artigo ponderando sobre os aspectos positivos desta lógica, seguindo em argumentação distinta de Sodré, que relacionou continuamente a estetização da cultura com o domínio sensível do ser humano. Indicamos também, que essa reflexão é apenas inicial e apresentaremos de forma sucinta. Deleuze e Guattari (2011), em reflexões que tiveram como precursor Michel Foucault (2008), na ponderação sobre aos modos de viver e pensar e suas dinâmicas de controle, identificavam na lógica das mediações, como postas nas sociedades sólidas, profundas dinâmicas de controle dos indivíduos. Estes autores foram beber nas fontes da psicanálise e da filosofia e identificaram duas dinâmicas que desembocam numa lógica comum de controle. Tomemos, primeiro, os indícios gerais: as sociedades sólidas estavam pautadas por valores definidos e consolidados que engessavam as dinâmicas sociais e os sujeitos considerados *outsiders* eram moralmente punidos, pois racionalmente pecadores, depravados, marginais.

Vemos aqui, primeiro, uma dinâmica de controle que, como já discutido por Foucault, passa pelo controle do corpo, definindo quem você é, quem você deveria ser, quais suas adequações e inadequações sociais e, segundo, que passa pelo discurso através da ideia de verdade, posta pelas diferentes áreas de conhecimento que regem a vida social; no primeiro caso a psicanálise, através de Freud, identificava as perversões e indicava a necessidade de contenções ou controle do inconsciente e, no segundo caso, a ideia de transcendência, predomínio da razão, ditava a racionalidade da vida.

Deleuze e Guattari, pautados por Lacan, identificaram no corpo o lugar do desejo como potência, como força mobilizadora, ao contrário do que foi discutido por Sodré, como fraqueza e controle. Entenderam que a desmontagem desta lógica racional, como posta desde os aristotélicos pode significar novas formas de relações sociais, num desdobramento de individualidades capazes que impor novas lógicas sociais movidos pela potência do desejo. Querem demonstrar que o ser humano é a composição de desejo e razão e que a lógica da transcendência que vigorou até hoje, que valorizava apenas a razão, não foi capaz de liberar o sujeito, ao contrário, o manteve sobre amarras sociais, racionalmente justificadas. Os autores não estão discutindo propriamente a ideia de midiatização, mas suas ideias apontam para a potência do sensório, numa dinâmica mais libertária, demonstrando a

complexidade do tema e as controvérsias colocadas.

A nós, no âmbito deste artigo, interessa indicar que efetivamente temos um novo paradigma cultural, norteado pela fragmentação dos campos de constituição da cultura; pelo questionamento dos princípios anteriores sedimentados nas ideias de saber-poder e pela prevalência das comunicações midiáticas. Este novo paradigma traz a centralidade do indivíduo através da desmontagem dos sólidos, viabilizando um campo de constituição das influências culturais fragmentado e fluido, pelos processos de desterritorialização, reterritorialização e recalecionamentos e pela reflexividade, que coloca no sujeito a responsabilidade do 'cuidado de si'. Nesta perspectiva, a discussão dicotômica da cultura está ultrapassada; precisamos ponderar, contudo, como se redimensiona a discussão sobre o popular, já que se coloca atravessado pela individualidade hegemônica e a fragmentação indicada. Ao mesmo tempo, vemos a prevalência dos processos comunicacionais midiáticos tecendo as relações sociais, nos fazendo assumir o conceito de mediação da cultura, o que pressupõe acatar o entendimento de uma ingerência incontestável da tecnologia nos processos comunicacionais e de constituição de referências culturais, o que efetivamente altera as relações tempo-espço na constituição do caudal cultural. E, ao assumir o conceito de mediação, corroboramos as

discussões de Sodré e Deleuze que, apesar de controversas, apresentam em comum o entendimento do papel incontestável da dimensão sensível.

Por fim, mantendo como baliza a proposição de Certeau, entendemos o campo da cultura como um campo dinâmico, instável, indefinido, movido por tensões contínuas, as estratégias e táticas, que indicam intenções postas em ambos os lados, num enfrentamento que não é passivo, tampouco obviamente libertador ou aut nomo.

Referências

ALVES, Valéria A. *'Desafinando o coro dos contentes': Torquato Neto e a produção cultural brasileira nas décadas de 1960-70*. 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de História, PUC/SP, São Paulo.

ARANTES, Antonio. *Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrim nio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira- Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963.

BAUMAN, Z. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. *Globalização- as conseqüências humanas*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I - Magia e Técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais In MATTOS, Ma. A.; JUNIOR, Jeder

J.; JACKS, Nilda. *Mediação e Midiatização*. Salvador: Edufba, 2012.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. *Cidade de Muros- crime, segregação e cidadania em São Paulo*, São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

CANCLINI, Nestor G. *Culturas Híbridas*. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. *Cidades e Cidadãos imaginados pelos meios de Comunicação. Opinião Pública, Campinas, v. VIII, n.1, 2002.*

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. São Paulo: Vozes, tomo I, 1994.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

CORBISIER, Roland. *Formação e Problema da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

FANON, Franz. *Los Condenados de La Tierra*. Cidade do México: Fondo de Cultura, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *A Ordem do Discurso*. 20. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

_____. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARCIA, Miliandre. 'A questão da cultura popular: as políticas culturais do centro popular de cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). *Revista Brasileira de História*. v. 24, n. 47, p. 127-162, 2004.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GONZÁLEZ, Jorge A. Pensar la Cultura. *Revista Intercom*. São Paulo, v. XIX, n.1, p. 13-22, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Cartas do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civil. Brasileira, v.1, 2005.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ, 2016.

LUKÁCS, Georg. *Coleção Grandes Cientistas Sociais: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1981.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações*. Rio de Janeiro: Edit. UFRJ, 1997.

_____. 'Globalização Comunicacional e transformação cultural' In MORAES, Denis. *Por uma outra Comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2004

MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIRANDA, José A. B. *Teoria da Cultura*. Lisboa: Edições Século XXI, 2002.

PECAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil*, São Paulo: Ática Editora, 1989.

PRADO, José Luiz Aidar. *Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais*. São Paulo: Educ - Fapesp, 2013.

Ortiz, Renato. *Mundialização: saberes e crenças*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *A Moderna Tradição Brasileira- cultura brasileira e indústria cultural*, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

RANCIÈRE, Jacques. *A Partilha do Sensível - Estética e Política*. São Paulo: Editora 34, 2009.

SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, José Carlos Gomes. *Sonoridades Juvenis na Metrópole: os diferentes caminhos do movimento hiphop na cidade de São Paulo*, Vibrant, n. 8, 2011, file:///E:/ARTIGOS%20BRASIL%20CONTEMPORANEO/sonoridades_juvenis_hiphop.pdf.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *As Estratégias Sensíveis*. Petrópolis: Vozes, 2006.

THOMPSON, Ed. *A Formação da Classe Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. e-Books-Brasil.com, 2002, <file:///E:/ARTIGOS%20BRASIL-%20INTELECTUAIS%20ATÉ%201940/ALBERTO%20TORRES.pdf>.

VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*, vs. 1 e 2, Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo:Edit. da Universidade de São Paulo; Niterói:Edit.da Universidade Fluminense, 1987.

WILLIAM, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1992.

WILLIAMS, Raymond. *Recursos da Esperança*, Franca: Editora UNESP, 2015.

_____. *Cultura e Sociedade*, Petrópolis: Vozes, 2011.